



**UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA**  
**CENTRO DE ESTUDOS, INVESTIGAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO EM ECONOMIA**

**TEMA:**

**ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL  
EM ANGOLA NO PERÍODO 2020-2021**

**MÓDULO: MACROECONOMIA**

**Apresentado por: João de Sousa Kassinda**

**Docente: MSc. Laércio Cândido**

**Luanda, 09 de Janeiro/2021.**

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA  
CENTRO DE ESTUDOS, INVESTIGAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

TEMA: ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL  
EM ANGOLA NO PERÍODO 2020-2021

**MÓDULO:** MACROECONOMIA

**Apresentado por:** João de Sousa Kassinda

**Docente:** MSc. Laércio Cândido

Trabalho investigativo apresentado ao Centro de Estudos, Investigação e Pós-Graduação da Universidade Lusíada de Angola, como requisito parcial para avaliação referente ao Módulo de Macroeconomia.

Luanda, 09 de Janeiro/2021.

## **PENSAMENTO**

*“Com a crise surgem oportunidades e visão de um mundo melhor e talvez seja o momento de repensar o consumo para economizar e evitar desperdício”.*

**=Bruno Calil Fonseca=**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à todos aqueles que contribuíram de forma directa e indirecta para prossecução desta investigação, especialmente ao Docente Laércio Cândido pelos ensinamentos em Macroeconomia. Não poderia deixar de agradecer à turma do Mestrado em Economia, pelo ambiente amigável e de partilha de conhecimentos que me tem proporcionado durante as aulas.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha família, em especial à minha Esposa e a minha Filha.

Dedico de igual modo à todos amantes da ciência e do conhecimento de uma forma geral.

## **RESUMO**

Este trabalho está subordinado ao tema: análise das implicações da Covid-19 na execução orçamental em Angola no período 2020-2021. Visou analisar as reais implicações que a pandemia da Covid-19 teve sobre o processo de execução orçamental, partindo do pressuposto de que tão logo que começaram a se identificar os primeiros casos de infecção por Covid, o Governo angolano tomou medidas para conter a propagação do surto do vírus, medidas dentre as quais, o confinamento, a limitação laboral, o encerramento das fronteiras, só para citar estas, que ao serem adoptadas refletiram significativamente na contenção do vírus em termos de propagação por um lado e, por outro afectaram negativamente a economia angolana, causando uma quebra na produção e no consumo. A queda do preço do barril de petróleo aliada com a crise sanitária, forçou o governo angolano a rever em baixa o OGE referente ao ano 2020 cuja revisão incidiu sobre a redução do volume de receitas públicas e no adiamento da execução de alguns projectos, comprometendo assim o plano financeiro e os objectivos traçados para o ano de 2020. As implicações que a Covid-19 trouxe para a execução orçamental foram tão significativas que o Governo teve de aumentar as despesas com a saúde no OGE-2021, cuja a execução foi feita com base ao ambiente de incerteza que a pandemia tem causado na economia angolana.

**Palavras-Chave:** Implicações; Covid-19; OGE; Economia angolana; Despesas; Receitas.

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Quadro comparativo sobre as implicações económicas das pandemias .....	20
Tabela 1 – Quadro Macroeconómico de Referência 2020.....	26
Tabela 2 – Quadro Macroeconómico de Referência 2021 .....	31
Gráfico 1 – Quadro fiscal em 2020.....	28
Gráfico 2 - Comportamento das despesas por tipo em 2020.....	29
Gráfico 3 - Distribuição funcional das despesas em 2020.....	30
Gráfico 4 - Quadro fiscal em 2021 .....	32
Gráfico 5 – Comportamento das despesas por tipo em 2021 .....	32
Gráfico 6 – Distribuição funcional das despesas em 2021 .....	33

## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	12
1.1. Breve historial sobre as pandemias .....	12
1.1.1. A peste negra.....	13
1.1.2. Gripe “espanhola” .....	14
1.1.3. A pandemia de HIV/SIDA .....	15
1.1.4. Gripe aviária.....	16
1.1.5. Gripe “suína”.....	16
1.1.6. O surto do Ebola .....	17
1.1.7. Zika Vírus .....	18
1.1.8. A pandemia por Covid-19 e a economia.....	19
1.2. Impacto da Covid-19 sobre a economia Nacional.....	21
1.2.1. Medidas adoptadas pelo governo angolano face a Covid-19.....	22
CAPÍTULO II – APLICAÇÃO METODOLÓGICA.....	24
2.1. Desenho metodológico .....	24
2.2. Métodos e técnicas .....	24
2.3. Técnicas de tratamento e análise dos dados .....	25
CAPÍTULO III – IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ENTRE 2020-2021 .....	26
3.1. A execução orçamental de 2020.....	26
3.2. A execução orçamental de 2021 .....	30
CONCLUSÕES .....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	36

## **INTRODUÇÃO**

Ao longo dos tempos as crises sanitárias afligiram a vida das populações. Ao se propagarem, as pandemias não só trouxeram um novo normal, alterando modo de vida das pessoas, como também tiveram um impacto gigantesco nos índices de mortalidade. As pandemias não somente afectam a condição sanitária das sociedades, como também a economia de uma forma geral, impactando negativamente na produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Por se tratar de um vírus (estas pandemias) e com uma repidez na sua propagação, os países foram sempre obrigados a adoptarem medidas de confinamento social, que de certa maneira tem afectado na redução do consumo, da produção e conseqüentemente no aumento do desemprego causado pela crise sanitária. Em função disso, os Governos sentem-se forçados a criar um conjunto de políticas por intermédio de esforços baseados em: manter o confinamento e quebrar a economia ou desconfinar e relançar aos poucos a actividade económica. Com esta situação, os governos por um lado devem manter medidas restritivas para evitar a propagação de certas doenças e por outro lado, devem aliviar as restrições como formas de garantir o normal funcionamento da economia.

No caso da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), obrigou os governos de muitos países a restringir o normal funcionamento da actividade económica, como forma de controlar a propagação do vírus, facto que contribuiu para o abrandamento da actividade produtiva das empresas, afectando negativamente as economias e o processo de execução da política fiscal.

A Covid-19 se tem revelado uma grande ameaça à vida humana e um factor de perturbação à economia, como resultado da queda abrupta da procura, com a redução do consumo à nível mundial, em decorrência da adopção de medidas de confinamento e isolamento social, voluntários ou compulsórios, contracção da oferta, com a redução da capacidade produtiva dos agentes económicos, gerada pelas restrições ao exercício de actividade económica imposta pelos Governos e por interrupções na cadeia de suprimento globais, com impacto significativo sobre o comércio internacional.

Os efeitos adversos da Covid-19 têm forçado sobretudo o Governo angolano a rever suas finanças públicas, no capítulo das despesas orçamentais de formas a afectar cada vez mais despesas para aquisição de equipamentos hospitalares, materiais de biossegurança e as respectivas vacinas contra a Covid-19, com a finalidade de evitar a propagação do vírus.

A problemática de investigação surge dada a gravidade do vírus que revela-se pela sua rapidez de propagação e pela sua letalidade nos segmentos populacionais mais adultos, constatou-se que a pandemia da Covid-19 obrigou os países do mundo ao encerramento das fronteiras, levou ao confinamento geral da população e fez com que a economia mundial retraísse por conta da redução tanto da oferta agregada (produção) como também na procura agregada (consumo).

O confinamento causado pela Covid-19 causou em Angola o encerramento de muitas empresas, a redução da força de trabalho efectiva, redução tanto na produção e nas exportações petrolíferas por conta da redução do preço da matéria-prima no mercado internacional, causando implicações muito fortes que levaram o Estado angolano a rever em baixa o Orçamento Geral do Estado no ano de 2020, provocando reduções no nível de arrecadação de receitas face ao previsto e alguns cortes orçamentais sobretudo em despesas com projectos de importância não estrutural e no redireccionamento de despesas para a saúde pública. Sendo assim, diante do exposto formulou-se como problema de investigação a seguinte questão: **Que implicações teve a Covid-19 na execução orçamental em Angola no período compreendido entre 2020 a 2021?**

Em resposta ao problema de investigação, definiu-se como **hipótese** o seguinte:

A análise da economia angolana num contexto de crise sanitária, vai permitir descrever as implicações que a Covid-19 teve na execução orçamental entre 2020 a 2021.

### **Objectivos da investigação:**

**Geral:** Analisar as implicações da Covid-19 na execução orçamental em Angola no período entre 2020 a 2021

### **Específicos:**

1. Abordar teoricamente as implicações pandémicas na actividade económica;
2. Aplicar os procedimentos metodológicos necessários para análise das implicações da Covid-19 na execução orçamental em Angola no período compreendido entre 2020 a 2021;
3. Descrever as principais implicações causadas pela Covid-19 nos orçamentos de 2020 e 2021.

O presente trabalho estruturado da seguinte forma: além da introdução onde enceta-se a ideia da investigação com alusão ao problema e os objectivos da investigação. Seguidamente tem-se

o primeiro capítulo que procurou abordar de uma forma histórica a génese das pandemias que marcaram o mundo e os seus impactos sobre a economia, deixando de forma particular uma abordagem mais direccionada à Covid-19 em Angola e as medidas que o Governo angolano tem adoptado face ao surto. No segundo capítulo faz-se a aplicação dos procedimentos metodológicos com atenção aos tipos de investigação adoptados, os métodos e técnicas para a obtenção e tratamento dos dados. No terceiro capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos de formas a descrever as reais implicações que a pandemia causou na execução orçamental no período em voga. Finalmente, são apresentadas as conclusões como forma de dar a entender que os objectivos foram alcançados e o problema solucionado.

## **CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

O objectivo desta secção consiste na abordagem histórica sobre o surgimento e impacto das pandemias que marcaram a história do mundo. Tendo em atenção a abordagem central desta investigação, procurou-se estudar os impactos sobre a economia que as grandes pandemias causaram a nível do mundo. Também é apesendo um quadro comparativo para ilustrar de forma clara os reais impactos das crises pandémicas. Por último, um olhar sobre as implicações da Covid-19 na economia angolana e as medidas adoptadas pelo Governo angolano no sentido de minimizar os efeitos adversos causados pela pandemia.

### **1.1. Breve historial sobre as pandemias**

A presença de doenças altamente infecciosas que se tornaram pandemias, como a Covid-19, criam sérios problemas de saúde e económicos devido às várias transformações sociais e ambientais globais que ocorreram como resultado do desenvolvimento económico. Como consequência do desenvolvimento económico, a população mundial tornou-se cada vez mais urbanizada e concentrada em grandes cidades (e conglomerados urbanos, como metrópoles e megalópoles) e, também, o nível global da população humana aumentou muito desde o início da Revolução Industrial. A densidade das populações humanas é maior do que nunca. Além disso, a mobilidade das pessoas em todas as dimensões geográficas aumentou tremendamente. Esses factores facilitam o surgimento de novas doenças infecciosas e sua propagação (Tisdell, 2020 citado por Gomes, Leles, Kruger & Veras, 2021).

Esses factores tal como aferem os autores citados, não só facilitam o surgimento de novas doenças, como a também a rápida propagação entre as pessoas, isto devido a mobilidade que se observa a nível mundial, configurando nalguns casos a existência de circulação comunitária do vírus em qualquer região, transpondo forntiras independentemente da sua origem.

Os desenvolvimentos na natureza da atividade económica exacerbam o problema de controlo de novas doenças infecciosas que são transmitidas como resultado do contacto e da presença humana. O aumento da especialização económica e a maior divisão do trabalho, acompanhados pela expansão dos mercados e pela crescente globalização económica, aumentam o risco de que os indivíduos entrem em contacto com fontes que facilitam a ocorrência de doenças altamente contagiosas, como a gripe e a Covid-19, no caso desta última, teve seu início da China e repentinamente alastrou-se para todo planeta a uma velocidade sem precedentes. As implicações económicas adversas de novas formas ou tipos dessas doenças podem ser graves, dado o alto grau de interdependência da actividade económica nas economias modernas

(Tisdell, 2020). Sendo assim, seguidamente irá apresentar-se uma breve visão geral de pandemias de significado histórico e suas implicações económicas.

### **1.1.1. A peste negra**

A peste negra foi um dos primeiros eventos verdadeiramente globais da história da humanidade. Desde a sua chegada à Europa em 1347, espalhou-se rapidamente pelo continente, trazendo consideráveis perdas de vidas humanas e graves consequências económicas e sociais. As pragas não eram algo novo na Espanha ou na Europa, e surtos de peste apareceriam regularmente nos séculos seguintes até o presente. A diferença entre a peste negra e as experiências epidemiológicas anteriores está na gravidade do choque em um período de tempo muito curto e no retorno da doença sem cura que apareceu de forma recorrente. A incidência da peste foi assimétrica na Europa, em parte como consequência das diferentes características económicas e sociais das áreas afetadas (Caballero, Escosura & Nogal, 2020).

Argumenta-se que um longo e enraizado processo de decadência económica já havia se iniciado na Europa quando a peste chegou às suas fronteiras. O crescimento demográfico da Idade Média trouxe a população europeia para perto de seu teto, aumentando a pressão sobre os recursos. O frágil equilíbrio entre os dois (crescimento populacional e recursos) foi rompido quando as condições climáticas deteriorantes reduziram as colheitas e produziram crises de subsistência que tornaram mais provável o aparecimento de doenças. As crises agrárias de 1315-17 e 1340-50 foram, portanto, exemplos desse processo, e o declínio demográfico já estava em curso cinquenta anos antes da chegada da peste negra em algumas áreas da Europa (Caballero, Escosura & Nogal, 2020).

A chegada da peste negra à Europa produziu a pior crise demográfica registrada na história humana, devido à escassez de mão-de-obra causada pela doença, na medida em que a peste dizimou parte da população na Europa. Por outro lado, isso resultou no longo prazo no desenvolvimento de tecnologias que economizam trabalho e, conseqüentemente, em maior produtividade. Um desenvolvimento económico significativo e uma mudança social ocorreram na Europa depois que a peste negra diminuiu, levando a uma melhoria dos salários reais no longo prazo, produzindo um aumento repentino da renda *per capita* na maior parte da Europa (Tisdell, 2020; Caballero, Escosura & Nogal, 2020).

Além das implicações negativas que a peste negra trouxe para a Europa que reverteu-se numa redução populacional, tornando escassa a mão-de-obra na actividade económica, a peste negra forçou um desenvolvimento no sector das tecnologias que foi o elemento fundamental para a

substituição do trabalho humano, elevando a produtividade e os ganhos na produção, traduzindo um rápido desenvolvimento económico que consubstanciou-se na redução e posterior erradicação da peste negra por toda Europa.

### **1.1.2. Gripe “espanhola”**

Na primavera de 1918, começaram a aparecer relatos de uma nova doença. A agência internacional de notícias *Reuters* recebeu notícias de fontes espanholas que ‘uma estranha forma de doença de carácter epidémico apareceu em Madrid. A epidemia é de natureza branda; nenhuma morte foi relactada’. Isso provou ser parte da primeira, e relativamente leve, onda de uma doença que infectaria aproximadamente 500 milhões de pessoas (cerca de um terço da população global naquela época), e mataria tantas que seria mais tarde descrito como o evento mais mortal da história humana em termos de contagem de corpos. Este foi o início da pandemia da ‘Gripe Espanhola’ (Flecknoe, Wakefield & Simmons, 2018).

O final de 1918 viu uma segunda onda, muito mais mortal da doença, varrer os EUA, Europa, México, Nova Zelândia, Islândia, Irão e até mesmo nações insulares isoladas, como Samoa Ocidental (onde matou mais de 20% da população). A análise de cadáveres congelados da época mostrou que esta era uma cepa do vírus da gripe H1N1 e causou danos tão calamitosos aos pulmões e vias respiratórias que as vítimas geralmente morriam de pneumonia bacteriana secundária, cujo na época não haviam os antibióticos para tratamento (Flecknoe, Wakefield & Simmons, 2018).

A pandemia não desencadeou uma grande contração na atividade económica agregada. Uma recessão branda começou em setembro de 1918 e continuou até março de 1919. Os gastos públicos Europeus no esforço de guerra podem explicar por que a economia agregada não desacelerou significativamente: “A demanda sem fim por carvão, aço, maquinário, têxteis e outros produtos necessários para o esforço de guerra compensou amplamente os efeitos de uma pandemia tão severa na actividade económica agregada” (Wheelock, 2020).

A produção industrial caiu drasticamente, mas se recuperou rapidamente. As vendas a retalho parecem ter sido pouco afectadas pela pandemia, talvez por causa de um aumento nas compras dos consumidores após o Armistício em 11 de novembro, e nem as falências de negócios nem outras formas de dificuldades financeiras aumentaram significativamente. A pandemia teve um grande impacto em alguns setores. Estima-se que a pandemia causou um declínio de 18% na produção industrial e um declínio de 23% no emprego industrial, em parte porque várias cidades

com grandes indústrias manufatureiras estavam entre as que apresentavam as maiores taxas de mortalidade por gripe (Wheelock, 2020).

Por mais estragos que a pandemia trouxe para a indústria, entende-se que a gripe espanhola não afectou significativamente na desaceleração da economia europeia, ela surge num contexto da I Guerra mundial em que os gastos públicos a nível da Europa estavam voltados para fortes investimentos da indústria bélica o que aumentou a demanda agregada por armamentos para se fazer face as despesas com a guerra.

### **1.1.3. A pandemia de HIV/SIDA**

Em 1983, um retrovírus (mais tarde denominado vírus da imunodeficiência humana, ou HIV) foi isolado de um paciente com a doença. Nos 25 anos desde o primeiro relatório, mais de 65 milhões de pessoas foram infectadas com o HIV e mais de 25 milhões morreram de SIDA. Em todo o mundo, mais de 40 por cento das novas infecções entre adultos ocorrem em jovens de 15 a 24 anos de idade. Noventa e cinco por cento dessas infecções e mortes ocorreram em países em desenvolvimento (Merson, 2006).

A SIDA foi considerada a principal causa de morte prematura entre pessoas de 15 a 59 anos de idade. Nos países mais atingidos, as bases da sociedade, governança e segurança nacional estão se desgastando, levando as redes de segurança ao ponto de ruptura, com repercussões sociais e económicas que atravessarão gerações (Merson, 2006).

O impacto da epidemia continua a ser muito grave sobre os indivíduos, famílias e nações, reduzindo em mais da metade o Produto Interno Bruto (PIB) dos países gravemente infectados e reduzindo em 480 milhões de pessoas - a estimativa da ONU da população global até o ano 2050. O aumento da mortalidade afecta as famílias e as comunidades de várias maneiras. As crianças podem ficar sem os pais, aumentando os níveis de orfandade. Em 2001, 13,2 milhões de crianças perderam pelo menos um dos pais devido à SIDA. A mortalidade dos pais por SIDA eventualmente resultará em declínio da nutrição familiar, deterioração da condição económica e aumento do número de crianças fora da escola (especialmente meninas), o que leva à deseducação da geração futura (Zanakis, Alvarez & Li, 2007).

Diferenças consideráveis de HIV / SIDA entre as nações foram atribuídas à pobreza e à instabilidade económica (riqueza da nação), migração (rural para urbana e estrangeira), educação (alfabetização), acesso a serviços de saúde, uso de drogas e doenças sexualmente transmissíveis. A SIDA mata pessoas e também a actividade económica, a influência da SIDA

no PIB subestima o impacto da SIDA na humanidade. O impacto do HIV / SIDA na família não só reverte a capacidade de acumular poupança, mas também reduz o consumo, gerando menor capacidade de ganho, produtividade e maiores custos médicos, funerários e legais. Mesmo com a ajuda de organizações globais, uma nação com baixo crescimento económico dificilmente pode pagar os custos de terapia anti-retroviral altamente activa e programas de prevenção (Zanakis, Alvarez & Li, 2007).

Os impactos negativos do HIV sobre o PIB, circunscrevem-se na redução do consumo das famílias que passam por canalizar mais despesas em anti-retovirais, a doença empobrece as famílias e as torna mais vulneráveis à mortalidade, o que pode significar a perda do potencial da força de trabalho de um país e consequentemente na baixa produtividade.

#### **1.1.4. Gripe aviária**

Em 5 de fevereiro de 2005, um editorial alertou aos leitores de que um surto de gripe aviária em que o vírus seria transmitido não de aves para pessoas, mas entre pessoas, poderia matar 1,5 bilhão e que a ciência e a sociedade não estavam preparadas. A gripe aviária atraiu maior cobertura da mídia desde o final de 2004, uma cobertura que se intensificou ainda mais após meados de 2005, especialmente em outubro de 2005 (Nerlich & Halliday, 2007).

A disseminação global do vírus da influenza aviária H5N1 prejudicou amplamente as economias em todo o mundo e a segurança alimentar nos países em desenvolvimento. A disseminação da infecção para novos ecossistemas resulta na adaptação do vírus a novos hospedeiros, incluindo humanos, o que amplifica o potencial para uma pandemia de gripe. Como é reconhecido que os vírus da influenza aviária podem ser os progenitores do próximo vírus pandêmico humano, sua evolução genética deve ser rastreada em detalhes e prontamente investigada (Bogner, Capua, Lipman & Cox, 2006).

#### **1.1.5. Gripe “suína”**

Em abril de 2009, uma nova cepa do vírus da gripe, A/H1N1, comumente conhecida como “gripe suína”, começou a se espalhar em vários países ao redor do mundo. A evidência de que esta nova cepa poderia passar de humano para humano levou a Organização Mundial da Saúde a elevar rapidamente seu nível de alerta de pandemia para a fase 5, representando “um forte sinal de que uma pandemia é iminente e que é hora de finalizar a organização, comunicação e implementação de que as medidas de mitigação planeadas são curtas. Isso foi posteriormente elevado para a fase 6, indicando que uma pandemia global completa estava em andamento. As medidas de mitigação no Reino Unido se concentraram em identificar, tratar e isolar as pessoas

que tinham a doença e educar o público sobre as medidas que os indivíduos podem tomar para reduzir o risco de transmissão. Essas recomendações incluem o uso de lenços de papel ao espirrar, lavar as mãos regularmente com água e sabão e estabelecer uma rede de “amigos da gripe” para fornecer assistência mútua caso alguém fique doente (Rubin, Amlôt, Page & Wessely, 2009).

Além dos impactos directos sobre a saúde de um surto grave, é preocupante o impacto económico, especialmente em um momento de recessão global. O planeamento de preparação para uma pandemia deve, portanto, equilibrar duas vertentes políticas principais - manter "negócios como de costume" para minimizar o impacto económico de uma pandemia e encorajar o "distanciamento social" para minimizar o impacto relacionado à saúde de uma pandemia - além de usar recursos como antivirais e vacinas (Smith, Keogh-Brown, Barnett & Tait, 2009).

A gripe suína colocou os governantes num dilema, que baseava-se entre continuar com actividade económica de formas a obter mais recursos para combater a gripe, ou impor um distanciamento social sob forma de reduzir a propagação do vírus.

#### **1.1.6. O surto do Ebola**

A doença causada pelo vírus Ebola está associada a uma taxa de letalidade de 30 a 90%, dependendo da espécie do vírus. Condições específicas em hospitais e comunidades na África facilitam a propagação da doença de pessoa para pessoa. Em 10 de março de 2014, hospitais e serviços públicos de saúde alertaram o Ministério da Saúde Africano sobre grupos de uma doença misteriosa caracterizada por febre, diarreia severa, vômito e aparente alta taxa de fatalidade (Baize, 2014).

Após a declaração do surto em 1 de agosto de 2014, equipas de resposta rápida que incluíam médicos, epidemiologistas e autoridades locais de saúde pública foram enviadas para zonas de saúde. As equipas de resposta entrevistaram pacientes e contactos domiciliários para identificar casos e contactos secundários. Para acabar com o surto, são necessários comunicação aprimorada e envolvimento comunitário eficaz, tempo de intervenções durante períodos de relativa estabilidade e treinamento intensivo de residentes locais para gerenciar actividades de resposta com supervisão periódica por pessoal nacional e internacional (Aruna, 2019).

O surto de Ebola minou seriamente a economia em toda a África Ocidental. Em Serra Leoa em 2015 custou US\$ 6 bilhões em custos directos (hospitais, equipa, medicamentos), e os custos

directos sozinhos somam 3 anos de financiamento para a Organização Mundial da Saúde (OMS). Calculou-se que houve uma perda económica de US\$ 1,6 bilhão para os países em comparação com o crescimento económico do ano anterior de 2014 (Qiu, Rutherford, Mao & Chu, 2017).

#### **1.1.7. Zika Vírus**

Em 1947, um estudo sobre a febre amarela produziu o primeiro isolamento de um novo vírus, do sangue de um macaco *rhesus* sentinela colocado na floresta do Zika em Uganda. O vírus do Zika permaneceu em relativa obscuridade por quase 70 anos; então, no espaço de apenas um ano, o vírus Zika foi introduzido no Brasil a partir das ilhas do Pacífico e se espalhou rapidamente pelas Américas. Ele se tornou a primeira grande doença infecciosa ligada a defeitos congênitos humanos a ser descoberta em mais de meio século e criou tal alarme global que a OMS declararia uma Emergência de Saúde Pública de Preocupação Internacional (Petersen, Jamieson, Powers & Honein, 2016).

A cocirculação do zika vírus e vírus *chikun-gunya* foi documentada na Polinésia Francesa e no Brasil, mas provavelmente também ocorre nas Américas, Ásia, várias ilhas do Pacífico e África, onde estes são endêmicos. Agora está claro que o zika vírus está se espalhando para todos os países infestados com mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* (Musso & Gubler, 2016).

A infecção pelo Zika pode levar a uma constelação de sintomas que incluem febre, erupção cutânea, dor nas articulações, conjuntivite, dor muscular e dor de cabeça que têm inúmeras repercussões nos custos médicos e na produtividade. O vírus Zika também foi associado a sequelas clínicas mais substanciais, como a síndrome de Guillain-Barré e defeitos congênitos graves, incluindo microcefalia (Lee, Alfaro-Murillo & Parpia, 2017).

As consequências económicas também são provavelmente importantes. Os pais das crianças com microcefalia incorrerão em custos directos (por exemplo, pagamento de medicamentos) e indirectos (por exemplo, perda de produtividade). Esse impacto é potencialmente exacerbado pelo facto de que o Zika afecta desproporcionalmente os pobres, que são menos capazes de lidar com esse fardo económico. O governo também gastará dinheiro com a prestação de serviços sociais e de saúde para as crianças afectadas e seus cuidadores. É importante calcular esses custos económicos, para que os tomadores de decisão possam entender o impacto económico de cada caso e serem capazes de compará-lo com outras doenças e preparar orçamentos apropriados. As primeiras estimativas sugerem que cada caso de microcefalia

incorre em custos médicos directos de US\$ 91.102 e US\$ 28.818 por vida para a América Latina e o Caribe, respectivamente (Kuper & Valongueiro, 2018).

### **1.1.8. A pandemia por Covid-19 e a economia**

A literatura económica sobre o controlo ideal de doenças é esparsa e seus modelos lidam principalmente com o comportamento individual e as externalidades da tomada de decisão individual com relação ao tratamento, vacinação ou distanciamento social. Os custos e benefícios nos modelos de controlo ideal existentes são normalmente relacionados ao estado de saúde dos indivíduos, calculados pela atribuição de valores ou pesos aos indivíduos de acordo com seu estado de saúde (Rowthorn & Maciejowski, 2020).

A Covid-19 está causando as perdas mais graves às economias de muitas nações (Yamin, 2020). Estima-se que o surto atual de Covid-19 custe US\$ 1 trilhão para a economia mundial durante o ano 2020. De acordo com especialistas, esse impacto é ainda pior do que a Grande Crise Financeira que o mundo enfrentou em 2007–2008. Os países estão reduzindo as taxas de juros e revisando seus gastos (Kabir, Afzal, Khan & Ahmed, 2020).

Os políticos em muitos países responderam para salvar suas economias (Yamin, 2020). Para mitigar o impacto socioeconómico do Covid-19, a União Europeia (UE) iniciou várias intervenções, incluindo um pacote financeiro de 540 bilhões de euros para apoiar empresas e trabalhadores na UE. A maioria dessas intervenções foi limitada a impulso fiscal imediato, diferimentos e provisões e garantias de liquidez. Isso incluiu o diferimento de pagamentos como impostos e segurança social e linhas de crédito por meio de bancos nacionais para os sectores público e privado. Gastos adicionais do governo com suprimentos médicos e nos sectores de saúde, salários e reajustes de salários também prevaleceram entre as várias medidas tomadas (Antwi, Getty, Linnane & Rolston, 2020).

O pagamento automático de benefícios sociais e o baixo crescimento significaram que a dívida nacional aumentou na maioria dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) após a crise financeira. Na França, aumentou de 87,8% em 2011 para 98,4% em 2018, na Itália de 119,7% para 134,8%, no Reino Unido de 80,1% para 85,7% e nos Estados Unidos de 99,8% para 106,9%. A exceção foi a Alemanha, onde o nível caiu de 79,8% para 61,9% (Daunton, 2020).

A compra de títulos de longo prazo no mercado aberto para aumentar a oferta de moeda e encorajar empréstimos e investimentos por parte dos bancos centrais adoptado nos Estados

Unidos, Grã-Bretanha e, eventualmente, na União Europeia teve graves consequências distributivas que contribuíram para a fragilidade da economia em 2020. Levando a preços de ativos mais altos que beneficiaram os 10% mais ricos; sua riqueza e rendimento aumentaram e, dada sua menor propensão a consumir, o resultado foi um excesso de poupança dos ricos (Daunton, 2020).

Em contraste, a austeridade significou que os 90% mais baixos da distribuição do rendimento se voltaram para a dívida privada e "poupavam" para manter o consumo. O aumento do endividamento significava que tinham maiores dificuldades para manter os gastos, o que levou à fragilidade económica - e o governo de países pobres não interferiram com gastos públicos suficientes para manter o consumo geral. A tributação não mais contribuiu para reduzir a desigualdade de rendimento e riqueza, e as disparidades continuaram para aumentar com o ressentimento e a desilusão que alimentaram o populismo e o nacionalismo económico (Daunton, 2020).

O potencial da pandemia de interromper os arranjos de governança está parcialmente ligado ao facto de ter destacado a fragilidade de um sistema económico global que, até agora, parecia o único possível; ter exposto e agravado desigualdades estruturais em níveis locais a globais; e o facto de ter solicitado uma ampla intervenção estatal para enfrentar a emergência sanitária e as consequências económicas resultantes, potencialmente reformulando os discursos públicos sobre o papel do Estado e do mercado nos próximos anos (Cotula, 2021).

**Figura 1: Quadro comparativo sobre as implicações económicas das pandemias**

<b>PANDEMIAS</b>	<b>IMPLICAÇÕES</b>
<b>Peste negra</b>	Escassez da mão-de-obra.
<b>Gripe espanhola</b>	Recessão branda da actividade económica; Queda na produção industrial, provocando desemprego no sector.
<b>HIV</b>	Redução do PIB nos países mais afectados; Deterioração da condição económica das famílias; Aumento da pobreza e a instabilidade económica; Baixa produtividade.
<b>Gripe aviária</b>	Insegurança alimentar nos países em desenvolvimento.

<b>Gripe suína</b>	O dilema entre a actividade económica e o isolamento social.
<b>Ébola</b>	Elevação dos custos com a saúde; Perda do crescimento económico.
<b>Vírus Zika</b>	Elevação dos custos médicos; Baixas na produtividade.
<b>Covid-19</b>	Encerramento de empresas e indústrias; Redução da produção a todos os níveis; Redução da demanda e da oferta agregada; Reajustes salariais; Adaiamento no pagamento da dívida pública; Aumento do desemprego.

**Fonte:** Elaboração própria.

As pandemias impactaram sempre negativamente no crescimento populacional a nível global, sendo a população um elemento essencial para o desenvolvimento da actividade económica, na produção e consumo. Durante o período em que vigoram as pandemias, os governos foram forçados a reorientar as suas políticas públicas para o combate sem precedentes de tais surtos. Estas medidas passaram a ser materializadas com o exercício da actividade financeira do governos, isto é, nos domínios da política fiscal, os orçamentos de estados passaram a dotar mais despesas para o combate as pandemias, passando a saúde a beneficiar de maiores verbas orçamentais tendo em conta a criação de fundos emergenciais para mitigação dos efeitos adversos das crises sanitárias.

Neste sentido, o propósito desta pesquisa consiste em analisar as medidas que o governo angolano tomou nos domínios orçamentais em função da pandemia da Covid-19, isto é, avariguar as reais implicações da pandemia na execução orçamental, procurando perceber as principais alterações ou introduções de dotações orçamentais feitas num contexto de crise. Porém, antes de descrevermos as implicações em matéria de execução orçamental, queremos olhar nos impactos da causados pela Covid-19 na economia angolana e as medidas adoptadas para contrapor os seus efeitos.

## **1.2. Impacto da Covid-19 sobre a economia Nacional**

Tal como em outros países, principalmente os produtores de petróleo, a queda do preço desta *commodity* nos mercados financeiros internacionais, devido a pandemia da Covid-19, afectou também negativamente a economia nacional, uma vez que as exportações angolanas são fortemente dependente desta *commodity* (CMC, 2020).

Segundo o Relatório de Fundamentação do OGE revisto, a produção petrolífera diária em 2020 passou de 1.436,9 mil Bbl/dia, inicialmente previstas, para cerca 1.283,5 mil Bbl/dia, em resultado do acordo entre a OPEP e seus aliados, com vista a contrariar a tendência de queda do preço do petróleo provocado pela pandemia.

Com isto, as novas projecções apontam para uma contracção do PIB real na ordem de 3,6% em 2020. Com base a CMC (2020), a dívida pública atingiu cerca de 113% do PIB em 2019 e poderá ascender os 123% em 2020, caso as condições económicas internacionais não melhorem substancialmente.

Não obstante a isso, a Covid-19 também condicionou a actividade produtiva interna, sendo que as medidas de isolamento social e distanciamento desincentivam o consumo, o que tem efeitos perversos sobre a rendibilidade e oferta das empresas, com potencial para aumentar o desemprego em grande escala.

### **1.2.1. Medidas adoptadas pelo governo angolano face a Covid-19**

De acordo com o Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, a medidas tomadas pelo governo angolano, não estão longe das medidas tomada pelos demais países, pois que rapidamente o governo angolano encerrou as fronteiras para os países que já tinham casos positivos, declarou de seguida o estado de emergência (que foi prorrogado num intervalo superior a um mês), limitou as deslocações para o exterior pela imposição de uma cerca sanitária internamente. Em consequência disto o governo adoptou um conjunto de medidas fiscais, monetárias e cambiais.

Com a finalidade de minimizar os efeitos da pandemia sobre a economia nacional, o Executivo angolano por via do Decreto Presidencial n.º 98/20, de 9 de Abril, adoptou um conjunto de medidas imediatas, económicas e financeiras, de alívio aos efeitos negativos provocados pela Covid-19, a destacar as seguintes:

- **Alargamento do prazo de liquidação do Imposto Industrial (II) em um (1) mês:**

Para aliviar e garantir maior liquidez às empresas, o Governo decidiu que as empresas do grupo B, ao invés de liquidarem o II no final de Abril, como diz a Lei, poderão agora fazê-lo a 29 de Maio de 2020. As empresas do grupo A, que deviam liquidar a 31 de Maio de 2020, poderão fazê-lo a 30 de Junho.

Esta medida foi adoptada para que as empresas tivessem capacidade de honrar com os seus compromissos salariais, o facto da actividade empresarial ter abrandado com a declaração de estado de emergência, muitas empresas viram seus lucros caindo, eis a razão de que um alargamento fiscal (no pagamento do imposto) por parte do Estado possibilita que as empresas tenham algum fundo para pagarem os salários dos trabalhadores. Porém, segundo o CEIC (2020), “é verdade que tal decisão poderá provocar dificuldades ao nível das finanças públicas, mas a estabilidade das empresas deveria estar acima, pois estas é que muito contribuem para as receitas fiscais e para a geração e manutenção de empregos”.

- **Pagamento da Segurança Social (8% da entidade empregadora) dos meses de Abril, Maio e Junho em seis parcelas mensais de Julho a Dezembro de 2020**

Com esta medida, o Governo estará a permitir que as empresas, inscritas no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e que contribuem para a Segurança Social dos seus trabalhadores, tenham disponibilidades financeiras para fazer investimentos, no caso dos trabalhadores, os mesmo receberiam na sua plenitude o salário como forma de melhorar o rendimento disponível familiar proveniente dos salários.

- **Crédito e liquidez disponível para as empresas**

O Governo anunciou um conjunto de linhas de crédito a que as empresas poderão ter acesso para reforçar os seus níveis de liquidez na economia para que as empresas possam absorver tal liquidez e aplicá-la como forma de investimento.

Assim, de uma forma geral adopção dessas medidas consubstanciam-se num pacote denominado de “medidas de alívio económico”, conforme o nome diz é mesmo para aliviar as empresas e os trabalhadores dos efeitos negativos causados pela pandemia da Covid-19.

## **CAPÍTULO II – APLICAÇÃO METODOLÓGICA**

É de suma importância a componente metodológica em qualquer processo investigativo, pois é por meio dela que a informação necessária à pesquisa é obtida, não obstante, a metodologia fornece os caminhos sobre os quais é conduzida toda a investigação, em função de um conjunto de métodos e técnicas que permitem a obtenção da informação e sua análise.

### **2.1. Desenho metodológico**

Do ponto de vista da abordagem do problema este trabalho constitui uma pesquisa quantitativa, porquanto procurou entre uma variedade de informações, medir as implicações que a Covid-19 teve sobre a economia angolana, particularmente na execução orçamental nos períodos de 2020 a 2021.

Quanto aos seus objectivos, assume-se numa pesquisa descritiva, na qual visa descrever as causas e as consequências que as pandemias têm sobre a economia de uma forma geral e de modo particular as implicações da Covid-19 na execução orçamental em Angola. Do qual para o estudo baseou-se na observação sistemática e no levantamento de dados.

Tendo em conta os procedimentos técnicos, constitui uma pesquisa bibliográfica, cuja elaboração foi feita a partir de materiais publicados, constituído principalmente de livros, artigos científicos e, actualmente, material disponibilizado na Internet.

### **2.2. Métodos e técnicas**

Em função do tipo de pesquisa, foram utilizados os seguintes métodos:

O método histórico – lógico, foi utilizado no sentido de investigar a evolução histórica das pandemias no contexto económico, para percebermos a forma pela qual a Covid-19 impactou sobre a economia angolana em particular na execução orçamental. Com este método percebemos como as crises pandémicas evoluíram no mundo e para que actualmente se possam encontrar mecanismos para a prevenção/combate das mesmas.

A utilização do método comparativo, inscreve-se na medida em que por meio do referencial teórico efectuou-se um quadro comparativo sobre os efeitos que as pandemias (cada uma em particular) causaram sobre a economia mundial.

Usou-se também o método hipotético-dedutivo, que por meio das deduções sobre as implicações da Covid-19 na economia angolana, definiu-se o problema de investigação que de forma prévia foi solucionado pela hipótese. A utilização deste método inscreve nas observações

feitas sobre a realidade da economia angolana num contexto de crise sanitária e daí retirarem-se ilações que permitiram sustentar a problemática da investigação.

O método análise-síntese, permitiu analisar as implicações que a Covid-19 teve na execução orçamental, entre diferentes aspectos, analisou-se sobretudo aqueles que interessam a investigação. Com este método foi possível que em meio de tanta informação sobre a temática, sintetizou-se o máximo àquelas que conferem maior entendimento à investigação.

Para a recolha dos dados, foi usado essencialmente a pesquisa bibliográfica e a revisão documental que baseou-se em relatórios institucionais divulgados sobretudo pelo Ministério das Finanças, como é o caso dos relatórios de fundamentação do OGE; documentos publicados por organizações internacionais que abordam sobre o tema. Foi também utilizada a observação sistemática que em função da realidade socioeconómica causada pela pandemia, retiramos conclusões que deram sustentabilidade às ideias defendidas durante a pesquisa.

### **2.3. Técnicas de tratamento e análise dos dados**

Os dados do trabalho, foram obtidos sobretudo em relatórios divulgados no portal do Ministério das Finanças. Com os quais analisou-se os relatórios de fundamentação do OGE-2020, 2020 revisto e 2021 respectivamente. Com estes relatórios foi possível fazer uma leitura dos dados e descrever as implicações da Covid-19 nos referidos orçamentos. O elementos analisados pendem-se em particular com as receitas e despesas públicas no períodos em referência.

Para o efeito recorreu-se a tabelas e gráficos que foram construídos com recurso à ferramenta do *Excel*, o que facilitou a leitura e a interpretação da informação. A análise da informação teve lugar em função dos dados espelhados nos gráficos e tabelas, fazendo uma análise descritiva de acordo com informação numérica apresentada.

## CAPÍTULO III – IMPLICAÇÕES DA COVID-19 NA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ENTRE 2020-2021

Segundo o Relatório de Fundamentação do OGE revisto de 2020, a pandemia da Covid-19 trouxe alterações no cenário económico angolano, pois que as principais implicações que a mesma trouxe depreendem-se com a redução das receitas petrolíferas e diamantíferas, por via do preço e da produção, encarecimento das importações e/ou diminuição das importações, choques de produção e de consumo, gerados pelas medidas de isolamento social, compulsivas e voluntárias, com potencial para culminar numa redução acentuada das receitas não-petrolíferas, aumento das despesas públicas e isenções fiscais para fazer face ao surto, pressão sobre a taxa de câmbio e sobre os preços, gerada sobretudo pela menor disponibilidade de moeda estrangeira e pela contracção da oferta de bens e serviços, aumento do custo de financiamento externo e interno para os sectores público e privado.

### 3.1. A execução orçamental de 2020

O comportamento económico, aliado ao efeito da pandemia Covid-19, afecta negativamente o rendimento disponível das famílias, a taxa de desemprego e os níveis de poupança pública, inibindo o consumo, o crescimento da produção e do investimento.

**Tabela 1 – Quadro Macroeconómico de Referência 2020**

Indicadores	2020	
	OGE	OGE revisto
Inflação (%)	25,0	25,0
Produção de Diamantes (Mil quilates)	10 175,0	8 000,0
Preço Médio dos Diamantes (USD/quilate)	162,1	103,0
Produção de Petróleo (Milhões Bbl)	524,5	469,7
Produção Petrolífera (MilBbl)/dia	1 436,9	1 283,5
Produção de Gás Anual (Mil BOEPD)	99,8	129,5
Preço Médio do Petróleo (USD/Bbl)	55,0	33,0
Preço Médio do LNG (USD/BOE)	50,9	19,0

**Fonte:** MEP.

Com o advento da Covid-19 os indicadores económicos foram revisto em baixa de acordo com o OGE de 2020 revisto, com excepção da taxa de inflação cuja sua previsão para 2020 manteve-se inalterada, a produção do gás foi revista em alta, ou seja houve projecções para um aumento da produção do gás em 29,7 Mil barrís de óleo equivalente por dia. A produção diamantífera

caiu em 78,6% do OGE para o OGE revisto em 2020, o que impactou na redução prevista do seu preço em aproximadamente 64%.

Dado o encerramento das fronteiras que causou na redução da procura agregada e bem como na produção global, a produção petrolífera e também foi revista em baixa, passando a previsão do seu preço do OGE revisto numa queda de 60%.

Com base a tabela 1, fica clara a ideia de que a Covid-19 teve implicações muito fortes nos indicadores económicos que constituíram a razão fundamental para a revisão do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2020.

Após o diagnóstico sobre o potencial de impacto sobre a economia angolana da Covid-19, concluído e aprovado em Março de 2020, o Executivo aprovou as Medidas Transitórias de Resposta à Baixa do Preço do Petróleo e ao Impacto da Pandemia sobre o Orçamento Geral do Estado de 2020 (**Decreto Presidencial n.º96/20, de 9 de Abril**).

Entre as referidas medidas transitórias, destacam-se:

- Cativação de 30% das despesas com Bens e Serviços, não relacionadas com alimentação, medicamentos, limpeza e saneamento;
- Suspensão de parte das Despesas de Capital sem financiamento garantido;
- Suspensão das Despesas de Apoio ao Desenvolvimento que não sejam de carácter prioritário e estrutural;
- Suspensão de todos os “Créditos Adicionais”, com excepção das despesas com o pessoal e projectos de carácter prioritário e estrutural;
- Suspensão de todos os processos de novas admissões e promoções na função pública;
- Proibição do processamento de despesas fora do SIGFE e aceleração da implementação dos mecanismos de processamento de todas as despesas com o pessoal no SIGFE;
- Redução das viagens dos Órgãos Auxiliares do Titular do Poder Executivo e das Delegações Executivas Governamentais;
- Redefinição e tipificação da gama de viaturas a serem atribuídas aos gestores públicos;
- Suspensão da aquisição de novas viaturas para uso pessoal.

De forma genéricas, tais medidas foram adoptadas pelo Executivo no sentido de responder a queda do preço do barril de petróleo que impactou negativamente nas receitas públicas e em resposta das implicações que a pandemia trouxe para a economia angolana, como forma de

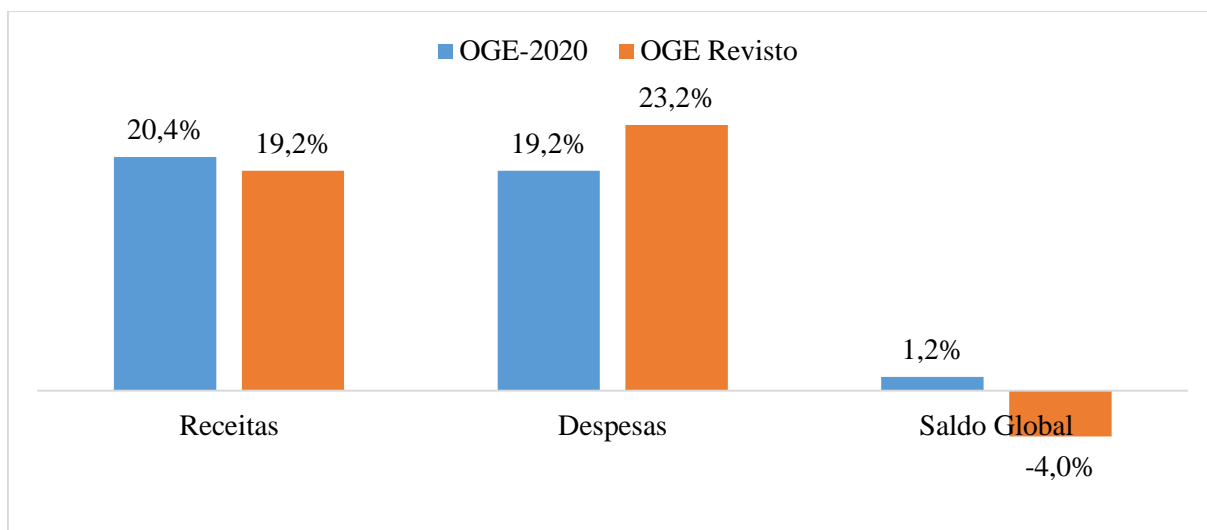
conter os gastos públicos, visando uma melhor adequação dos mesmos em função da nova realidade socioeconómica.

Por via do mesmo Decreto, o Presidente da república, autorizou o Ministério das Finanças a iniciar o processo de preparação da proposta de revisão do OGE-2020. Em paralelo a preparação da revisão do OGE-2020, autorizou-se igualmente a implementação de medidas adicionais do lado da Política Fiscal, que baseavam-se em:

- Subtrair 1,5 mil milhões de dólares do Fundo Soberano Angola (FSDEA);
- Acelerar as privatizações (PROPRIV);
- Autorizar o INSS a comprar títulos no mercado primário, nomeadamente Títulos do Tesouro;
- Limitação da componente *cash* do Programa de Regularização de Atrasados fora do SIGFE
- Identificação e operacionalização de todas as fontes de financiamento possível para contrapor os efeitos directos e indirectos da Covid-19.

Nesta senda, o OGE Revisto para 2020 foi avaliado em Kz 13 455,3 mil milhões, reflectindo uma redução de 15,7% relativamente ao OGE-2020 Inicial (Kz 15 970,6 mil milhões). As projecções fiscais do OGE-2020 Revisto apontam para um défice fiscal equivalente a 4,0% do PIB, uma redução de 5,3% do PIB face ao valor previsto no OGE-2020 Inicial.

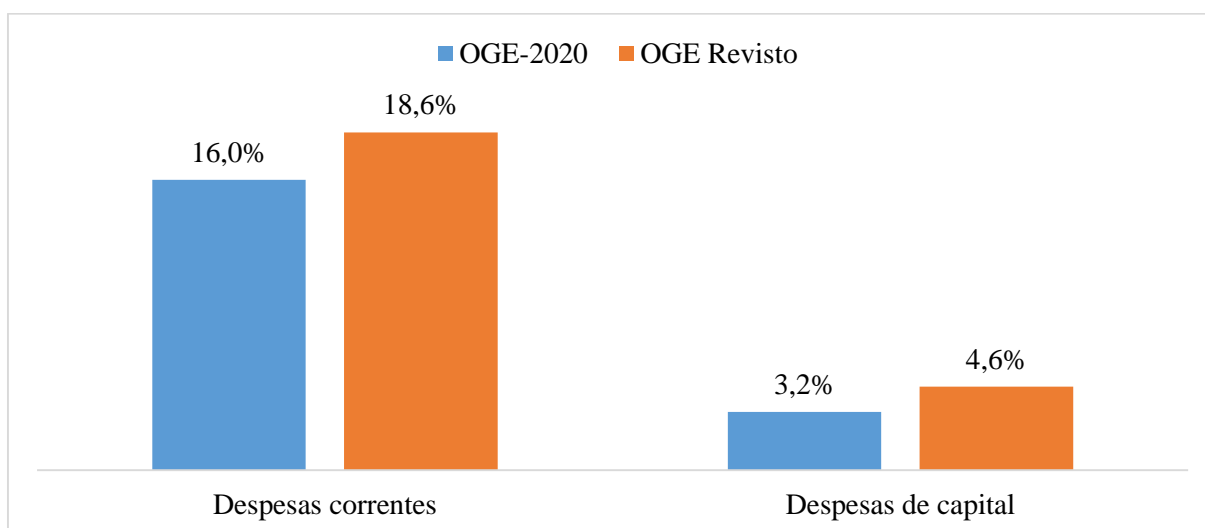
**Gráfico 1 – Quadro fiscal em 2020**



**Fonte:** Adaptado, Relatório de Fundamentação do OGE-2020 revisto.

A Covid-19 trouxe implicações negativas para a economia mundial, da qual a economia angolana não ficou de parte, tendo o petróleo como a principal fonte de receitas e com uma representação significativa nas exportações angolana, ao se observar baixas significativas no preço do barril no mercado internacional e uma redução na produção petrolífera, as receitas públicas tiveram uma redução do OGE-2020 inicial para o OGE-2020 revisto, registando uma queda de 1,2%, ao passo que as despesas públicas tiveram um aumento de 4% em função de um conjunto de medidas que o Executivo angolano implementou no sentido de aliviar os impactos da Covid-19 sobre as famílias e as empresas. Este aumento das despesas em contraste com a redução das receitas públicas traduziu-se num défice fiscal de -4,0% para o OGE-2020 revisto.

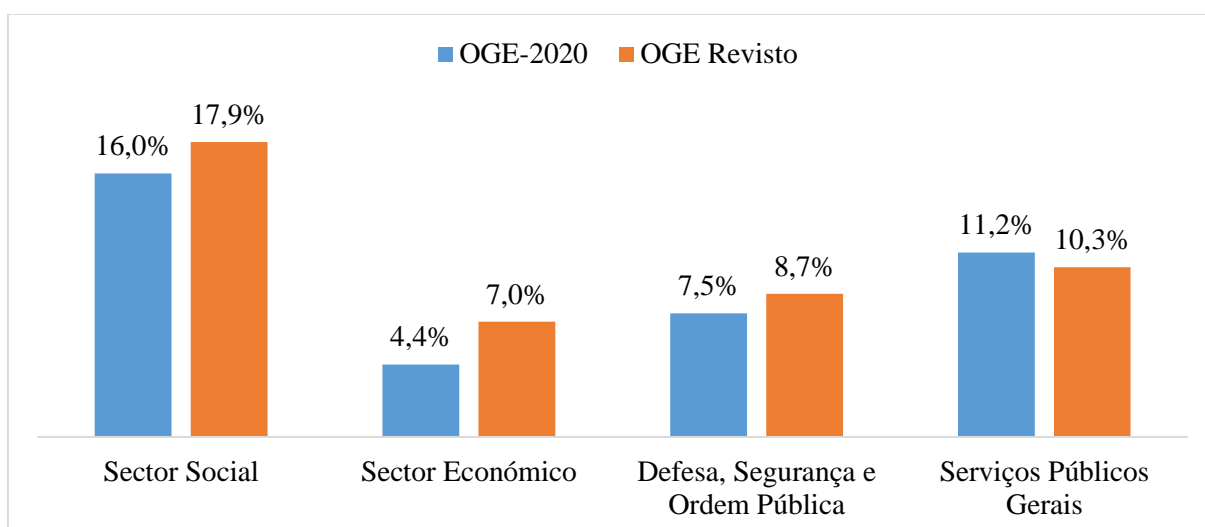
**Gráfico 2 - Comportamento das despesas por tipo em 2020**



**Fonte:** Adaptado, Relatório de Fundamentação do OGE-2020 revisto.

Embora na situação que se encontrava o país, a revisão orçamental causou aumentos nas despesas públicas, verificou-se um aumento das despesas correntes em 2,6% e um aumento das despesas de capital em 1,4% influenciado pela aquisição de activos não financeiros.

**Gráfico 3 - Distribuição funcional das despesas em 2020**



**Fonte:** Adaptado, Relatório de Fundamentação do OGE-2020 revisto.

Por mais que o gráfico ilustra uma tendência crescente na distribuição das despesas por função, a realidade é que o OGE-2020 inicial sofreu uma redução no seu valor global para o OGE-2020 revisto. Com excepção das despesas com os serviços públicos gerais, os demais sectores registaram um aumento na revisão orçamental, pois o Executivo decidiu alocar mais verbas para o sector social nomeadamente para a saúde, em consequência da Covid-19 e, também revisou-se em alta as despesas para o sector económico em função das medidas de alívio para as empresas, como forma de responder aos efeitos que a pandemia causou na economia angolana.

### **3.2. A execução orçamental de 2021**

No caso da elaboração do OGE-2021, a sua execução foi caracterizada por um duplo choque, provocado pela pandemia da Covid-19, nomeadamente: i) choque sanitário, que está a levar à realocação de recursos para o redimensionamento dos sistemas nacionais de saúde; e, ii) significativa restrição na movimentação de pessoas, com potencial de restrição da demanda agregada, dos fluxos do comércio internacional e do crescimento do PIB mundial.

O Orçamento Geral do Estado para 2021 foi avaliado em cerca de Kz 14 785 mil milhões, reflectindo um aumento de 9,9% relativamente ao OGE-2020 Revisto (Kz 13 455,3 mil milhões). As projecções fiscais do OGE-2021 apontaram para um défice fiscal equivalente a 2,3% do PIB, uma redução de cerca de 1,6 p.p. em relação ao valor previsto no OGE-2020 Revisto (4,0%).

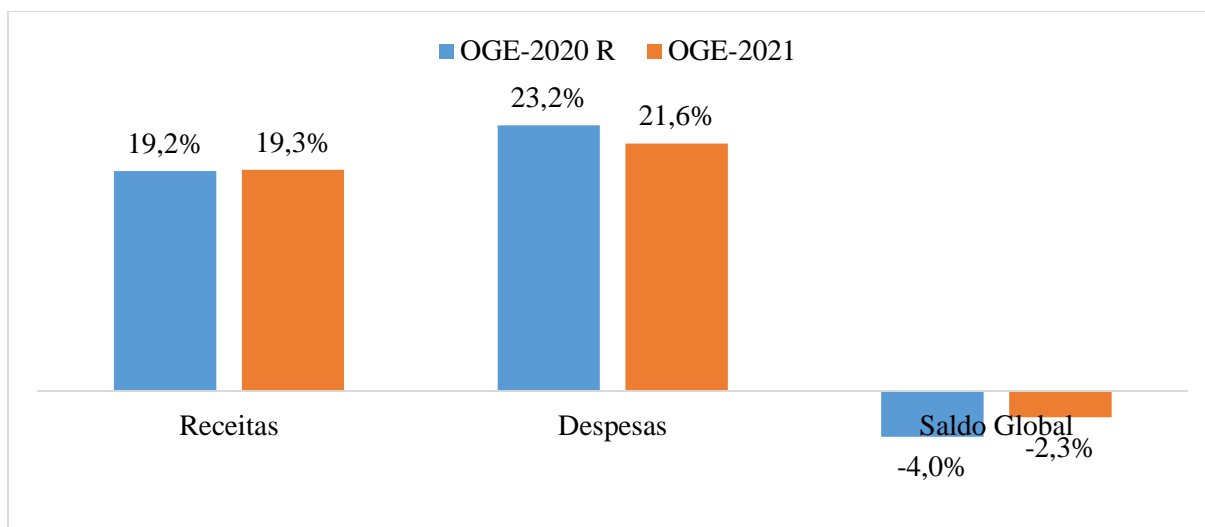
**Tabela 2 – Quadro Macroeconómico de Referência 2021**

Indicadores	2020	2021
	OGE revisto	OGE
Inflação (%)	25,0	18,7
Produção de Diamantes (Mil quilates)	8 000,0	9 141,0
Preço Médio dos Diamantes (USD/quilate)	103,0	184,6
Produção de Petróleo + Gás Anual (M Bbl)	599,3	558,7
Produção Petrolífera (MilBbl)/dia	1 283,5	1 220,04
Preço Médio do Petróleo (USD/Bbl)	33,0	39,0
Preço Médio do LNG (USD/BOE)	19,0	27,0

**Fonte:** Programação Macroeconómica Executiva Revista 2021 MEP, MINFIN, MINPET e BNA.

Em função das medidas adoptadas pelo executivo, cuja finalidade consiste em relançar a economia nacional com base num conjunto de programas e bem como reduzir os efeitos da pandemia sobre as condições de vida da população. O ano de 2021 foi marcante por conta da descoberta da vacina contra a Covi-19 (o que influenciou significativamente na subida do preço do barril de petróleo no mercado internacional) e também com as acções de vacinação por fase da população angolana. Neste sentido, para 2021 projectou-se uma taxa de inflação relativamente baixa tendo em conta o período anterior, isto pela implementação de um conjunto de acções que visam a redução dos preços, sobretudo, os que compõem a cesta básica, para que os consumidores recuperem o seu poder de compra. Acções estas que visam a atribuição de benefícios tarifários a produtos da cesta básica importados, a redução da alíquota do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) sobre diversos produtos e a efectivação do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI). De forma análoga o OGE-2021, prevê um crescimento a nível genérico dos principais indicadores económicos tal como expelha a tabela anterior.

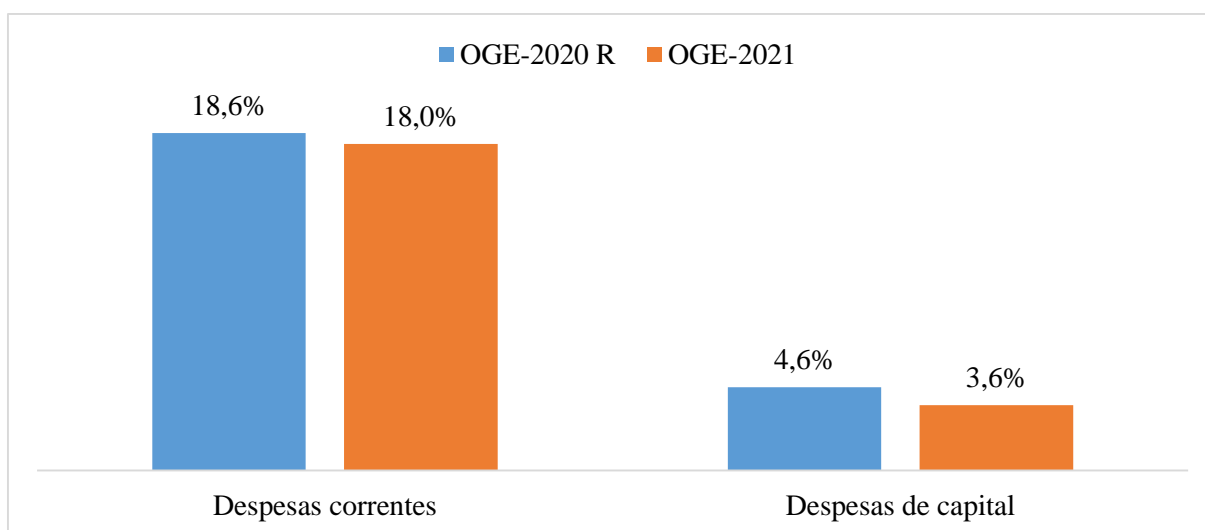
**Gráfico 4 - Quadro fiscal em 2021**



**Fonte:** Adpatado, Relatório de Fundamentação do OGE-2021.

Contrariamente ao OGE do ano anterior, para o ano 2021 previa-se uma arrecadação de receitas superior ao orçamento anteriormente revisto na proporção de apenas 0,1% isto devido a retoma embora lenta da actividade económica motivada pela vacinação em massa da população a nível mundial e bem como pelo abrandamento dos casos de contaminação por Covid-19 registados em todos os países, tal facto induziu os governos de forma gradual a procederem com o levantamento das restrições sanitárias impostas pela pandemia. De 2020 para 2021 houve uma redução nas despesas públicas, com base ao plano de optimização da despesa pública e isto reverteu-se numa redução considerável do défice fiscal.

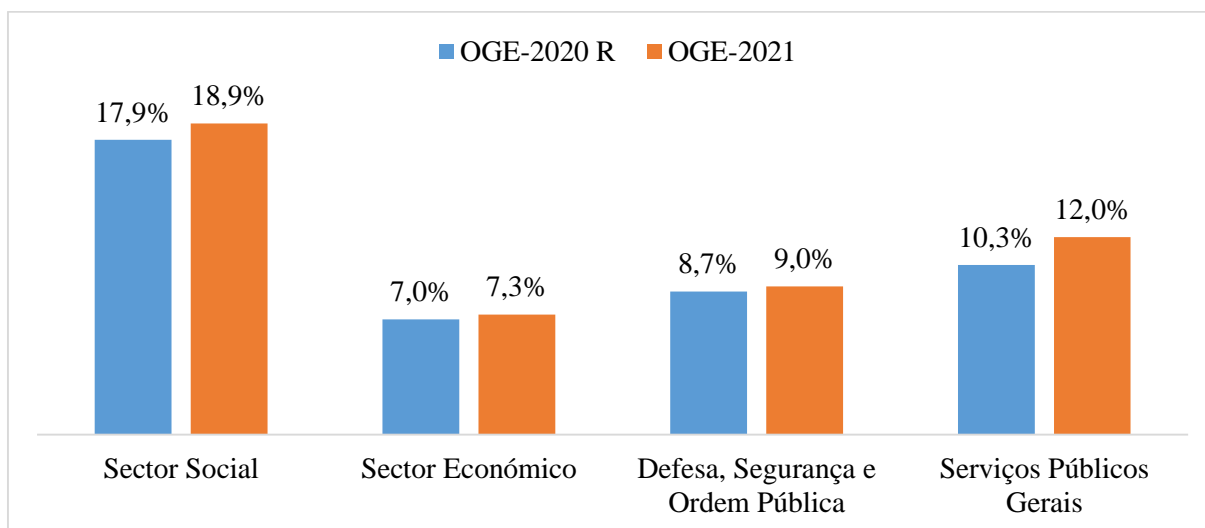
**Gráfico 5 – Comportamento das despesas por tipo em 2021**



**Fonte:** Adpatado, Relatório de Fundamentação do OGE-2021.

Fruto da redução das despesas públicas no OGE-2021, verificou-se de forma semelhante uma redução das despesas correntes em 0,6% em relação ao orçamento do ano anterior, o mesmo ocorreu com as despesas de capital que caíram em 1%.

**Gráfico 6 – Distribuição funcional das despesas em 2021**



**Fonte:** Adaptado, Relatório de Fundamentação do OGE-2021.

Em relação ao OGE-2020 revisto, o OGE-2021 registou um aumento nas despesas funcionais, desde aumentos das dotações no sector social aos serviços públicos gerais, sendo os serviços públicos gerais que mais registaram esse aumento na proporção dos 1,7% relativamente ao ano anterior.

De uma forma ou de outra, embora o OGE-2021 registou ligeiros aumentos face ao OGE do ano anterior pelas razões já mencionadas anteriormente, é contínua a ideia de que a pandemia afectou e continua afectando negativamente a economia angolana e, sobretudo, nas finanças públicas, sendo que os pressupostos para elaboração do OGE são baseados em um cenário de incerteza, face ao aumento de casos de infecção por Covid-19 pelo surgimento de novas variantes do vírus.

Actualmente o surgimento das novas variantes pode causar efeitos mais nefastos à economia, que poderão novamente levar o país para um confinamento geral (declaração de estado de emergência) o que poderá significar enormes perdas para actividade económica, que provavelmente obrigará uma eventual revisão orçamental. É por esta razão que a Covid-19 por

ser uma variável em constante evolução contínua e continuará afectando negativamente a economia angolana.

## CONCLUSÕES

Em função do que se abordou nas secções anteriores e em particular com os resultados apresentados, chegou-se as seguintes conclusões:

Por meio da abordagem teórica comprovou-se que as pandemias têm enormes implicações para economia a nível dos países, na medida em que afectam a saúde humana que constitui o factor essencial de produção, afectam significativamente a economia, pois restringem a produção e o consumo a todos os níveis e conseqüentemente canalizam os recursos da economia para o sector da saúde, causando enormes défices nas finanças públicas.

Com a aplicação dos procedimentos metodológicos, o problema foi solucionado pois os resultados da investigação revelaram que nos períodos de 2020 a 2021 a pandemia teve muitas implicações na economia nacional, reduzindo as receitas e a elevação do défice orçamental, forçando o Governo angolano a criar um conjunto de medidas para contrapor os efeitos da pandemia.

Assim, as principais implicações causadas pela Covid-19 nos orçamentos de 2020 e 2021, estiveram na redução do bolo orçamental da ordem dos 15,7% face ao OGE-2020 inicial, causando um aumento das despesas no sector social e um abrandamento económico que levou a redução significativa das receitas públicas. Para o ano de 2021 OGE foi avaliado com um aumento na ordem dos 9,9% em relação ao do ano anterior, motivado pela descoberta da vacina contra a Covid-19 e pela retoma paulatina da actividade económica. Pese embora que em 2021 verificou-se um aquecimento da economia angolana, ainda continua o défice fiscal pelo aumento das despesas face as receitas e o ambiente de incertezas no contexto da pandemia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aruna, A., Mbala, P., Minikulu, L., Mukadi, D., Bulemfu, D., Edidi, F., ... & Worrell, M.C. (2019). *Surto de Doença do Vírus do Ébola. Relatório Semanal de Morbilidade e Mortalidade*.
- Baize, S., Pannetier, D., Oestereich, L., Rieger, T., Koivogui, L., Magassouba, N.F., ... & Günther, S. (2014). *Emergência da doença do vírus do Ébola do Zaire na Guiné*. Londres: New England Journal of Medicine.
- Bogner, P., Capua, I., Lipman, D.J., & Cox, N. J. (2006). *Uma iniciativa global sobre a partilha de dados da gripe aviária*. Londres: Natureza.
- Caballero, C.S., Escosura, L.P., & Nogal, C. A. (2020). *Efeitos económicos da Morte Negra: Espanha na perspetiva europeia*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid. Instituto Figuerola.
- Centro de Estudos e Investigação Científica, Universidade Católica de Angola. (2020). *Covid-19: Impactos económicos e sociais em Angola: Contribuições para o debate*. Luanda: CEIC-UCAN.
- Comissão de Mercados de Capitais. (2020). *Avaliação do impacto da Covid-19 sobre o Mercado de Valores Mobiliários Angolano*. Luanda: CMC.
- Cotula, L. (2021). *Rumo a uma economia política da crise COVID-19: Reflexões sobre uma agenda de investigação e ação*.
- Daunton, M. (2020). *Da crise financeira global à COVID-19: Pagar os custos*. Jornal de História Europeia Moderna.
- Flecknoe, D., Wakefield, B.C., & Simmons, A. (2018). *Pragas e guerras: a pandemia da Gripe Espanhola como lição da história*. Medicina, Conflito e Sobrevivência.
- Kabir, M., Afzal, M.S., Khan, A., & Ahmed, H. (2020). *Covid-19 pandemia e custo económico; impacto nas pessoas deslocadas à força*. Medicina de viagem e doenças infecciosas.
- Kuper, H., Lyra, T.M., Moreira, M. E. L., de Albuquerque, M. D. S. V., de Araújo, T. V.B., Fernandes, S., ... & Valongueiro, S. (2018). *Impactos sociais e económicos da síndrome congénita zika no Brasil: Protocolo de estudo e fundamentação para um estudo de métodos mistos*. Pesquisa aberta.
- Lee, B. Y., Alfaro-Murillo, J. A., Parpia, A.S., Asti, L., Wedlock, P.T., Hotez, P.J., & Galvani, A. P. (2017). *O potencial fardo económico de Zika nos Estados Unidos continental*. PLoS negligenciou doenças tropicais.

- Merson, M. H. (2006). *A pandemia do HIV-SIDA aos 25 anos - a resposta global*. New England Journal of Medicine.
- Ministério das Finanças. (2020). *Relatório de Fundamentação do OGE de 2021*. Luanda: Minfin.
- Ministério das Finanças. (2019). *Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado de 2020*. Luanda: Minfin.
- Ministério das Finanças. (2020). *Relatório de Fundamentação do OGE revisto de 2020*. Luanda: Minfin.
- Musso, D., & Gubler, D. J. (2016). *Vírus Zika*. Revisões clínicas de microbiologia.
- Nerlich, B., & Halliday, C. (2007). *Gripe aviária: a criação de expectativas na interação entre a ciência e os meios de comunicação social*. Sociologia da saúde e doenças.
- Petersen, L.R., Jamieson, D.J., Powers, A.M., & Honein, M. A. (2016). *Vírus Zika*. New England Journal of Medicine.
- Qiu, W., Rutherford, S., Mao, A., & Chu, C. (2017). *A pandemia e os seus impactos*. Saúde, cultura e sociedade.
- Rowthorn, R., & Maciejowski, J. (2020). *Uma análise custo-benefício da doença COVID-19*. Oxford Review of Economic Policy.
- Smith, R.D., Keogh-Brown, M.R., Barnett, T., & Tait, J. (2009). *O impacto económico da gripe pandemia no Reino Unido: uma experiência de modelização de equilíbrio geral computável*.
- Tisdell, C. A. (2020). *Questões económicas, sociais e políticas levantadas pela pandemia COVID-19*. Análise económica e política.
- Wheelock, D.C. (2020). *O que podemos aprender com a Pandemia da Gripe Espanhola de 1918-19 para o COVID-19?*. Sinóses Económicas do Banco Federal de St. Louis.
- Yamin, M. (2020). *Contando o custo do COVID-19*. Jornal Internacional de Tecnologias da Informação.
- Zanakis, S.H., Alvarez, C., & Li, V. (2007). *Determinantes socioeconómicos da pandemia do VIH/SIDA e da eficiência das nações*. Jornal Europeu de Investigação Operacional.